

## ESPAÇO URBANO E VIOLÊNCIA: UMA CONTRIBUIÇÃO GEOGRÁFICA

**Márcia Andréia Ferreira Santos**

Doutoranda do Programa de Pós-Graduação em Geografia - UFU  
[karamby@yahoo.com.br](mailto:karamby@yahoo.com.br)

**Julio Cesar de Lima Ramires**

Prof. Dr. do Instituto de Geografia - UFU  
[ramires\\_julio@yahoo.com.br](mailto:ramires_julio@yahoo.com.br)

### RESUMO

Este artigo apresenta uma revisão da bibliografia referente à violência urbana, destacando aspectos relacionados à caracterização dos eventos violentos e os fatores que os predispõem. Além disso, são tecidos alguns comentários sobre a violência urbana no Brasil, e são apresentados os eventos violentos mais freqüentes, a exemplo do homicídio e do roubo.

**Palavras-chave:** Espaço urbano, Geografia, Violência, Homicídios, Criminalidade.

### URBAN SPACE AND VIOLENCE: A GEOGRAPHIC CONTRIBUTION

#### ABSTRACT

This article presents a review of the literature relating to urban violence, highlighting aspects related to the characterization of violent events and factors that predispose. Also, tissues are some comments on urban violence in Brazil, and presented the most frequent violent events, such as murder and theft.

**Keywords:** urban space, geography, violence, homicide, Crime.

### INTRODUÇÃO

A violência tem, hoje, ocupado espaços outrora inimagináveis. Tem sido cada vez mais freqüente os atos violentos em residências, escolas e espaços de trabalho. As pessoas não se respeitam mais. Não existe amor, pois ele esfriou-se de todo, e algumas moedas são fatores que podem predispor à ocorrência de um ato violento. É o que se tem presenciado na mídia. Quantas pessoas matam por coisas tão ínfimas, tão insignificantes.

Hoje, o mudo vive um medo exagerado da violência, justamente porque não se sabe como fugir dela, já que ela tem adentrado os espaços mais particulares da sociedade atual. O que se pode fazer, diante de tal situação? Como controlar os impulsos violentos, ou melhor, será que isso se tornará possível num mundo em que as pessoas não mais acreditam nas instituições de defesa, pois muitas delas, que deveriam manter a segurança da sociedade, são as primeiras a se envolverem em atos violentos e em crimes que trazem descrédito em tais instituições. Percebe-se, portanto, que é necessário se pensar em outros métodos, estratégias e políticas voltadas para o combate e controle da violência. Dessa forma, este trabalho apresentará alguns conceitos sobre violência, especificamente a urbana, e mostrará como se encontra caracterizado, atualmente, esse fenômeno em diversas cidades no mundo, inclusive no Brasil, e é sobre isso que trataremos a seguir.

### FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

#### Violência urbana: alguns conceitos

Houaiss; Villar (2001) afirmam que, etimologicamente, violência vem do latim, *violabilis*, e significa:

1. Qualidade do que é violento [...].
2. Ação ou efeito de violentar, de empregar força física (contra alguém ou algo) ou intimidação moral (contra alguém); Ato violento, crueldade, força [...].
3. Exercício infinito ou discricionário ilegal de

---

Recebido em 06/06/2008

Aprovado para publicação em 19/02/2009

força ou de poder [...]. 7. JUR. Constrangimento físico ou moral, exercido sobre alguém para obrigá-lo a submeter-se à vontade de outrem; Coação (HOUAISS; VILLAR, 2001, p. 2866).

Criminalidade, etimologicamente, também origina no latim, *criminalis*, relativo ao crime, ao julgamento e, para a jurisprudência, é a

[...] 2. caracterização ou estilo de que ou do que é criminal, criminoso, criminoso; caracterização ou qualificação de um crime; 3. Circunstância que envolve um ilícito penal distinguindo-o como transgressão, ato imputável e punível [...] (HOUAISS; VILLAR, 2001, p. 869).

Morais (1990) afirma que a urbanização, acelerada pelo processo capitalista, criou um ambiente propício à violência. Não se pode mais falar em segurança. A vida na cidade grande é marcada por riscos a todo instante. É algo inevitável. E acrescenta que a violência urbana produz disfunções no organismo que tendem a gerar situações de constrangimento às pessoas, posto que provocam a hipotensão e o medo, criando uma cadeia de outros sintomas que se instalam simultaneamente a esses. E, a partir disso, gera-se um sentimento de fraqueza física (astenia), náuseas, dores de cabeça.

O autor supracitado comenta que “O medo gerado pela violência tem sido ‘o pão de cada dia’ do cidadão brasileiro”, e apresenta o medo como um fator que faz parte do cotidiano da população brasileira, que gera um sentimento de fraqueza física e psíquica, com implicações na saúde coletiva. E, ao afetar a saúde, Minayo (1997) diz que a violência ameaça a vida, produz enfermidades e provoca a morte como realidade ou possibilidade próxima.

Tal como afirma Francisco Filho (2004), a violência participa cada vez mais dos temores de quem habita as cidades, proporcionando um comportamento no qual o medo ocupa o topo de suas inquietações. Nas palavras deste autor,

Viver a cidade, hoje, é viver o medo, a incerteza de chegar em casa ao final do dia, se nossos filhos voltam ilesos depois de se aventurarem pela cidade, seja em busca de divertimento, ou de conhecimento. Conhecer essa realidade, entender como esse processo nasce, se desenvolve e se espacializa nas nossas metrópoles é de grande importância, pois sem isso estaremos fadados a viver em espaços cada vez mais segregados, fechados dentro de uma realidade que não vai além dos muros e das cercas eletrificadas (FRANCISCO FILHO, 2004, p. 1).

A violência é, portanto, um fenômeno complexo que envolve causas múltiplas e apresenta várias definições. Sua compreensão requer uma abordagem interdisciplinar que busque teorizá-la e entendê-la a partir da análise dos diferentes questionamentos realizados pelas diversas áreas do saber científico. A esse respeito, Santana (2004, p. 22) afirma que “A multicausalidade é uma característica inerente à violência, o que significa que uma variedade de fatores suficientes e/ou necessários produzem tanto efeitos similares como diversos. Por esta razão, é importante investigar esses diversos fatores”. Dentre esses fatores, encontra-se a pobreza, geradora de situações favoráveis ao desenvolvimento da violência em determinados espaços. Sobre isso, Santana (2004) diz o seguinte:

Estudos em países industrializados têm documentado relacionamentos significativos entre pobreza e violência social. Portanto, é plausível acreditar que na região das Américas, a pobreza é um fator de risco para a violência, não porque os pobres sejam mais agressivos por natureza, mas, pelo contrário, porque a pobreza é por si só prejudicial e conduz a vários outros fatores de risco que estão associados à violência. (SANTANA, 2004, p. 26).

O referido autor comenta que estudos relacionados à variação de taxas de homicídios ou de violência, desenvolvidos em alguns países, constataram que há uma ligação entre desigualdade de renda, violência e saúde, “[...] ou seja, tem sido constatado que quanto maior a desigualdade de renda, tanto mais violenta e menos saudável é a sociedade” (Ibid, p. 26). E ainda: “Áreas com altas taxas de crimes tendem a exibir altas taxas de mortalidade por todas as causas, sugerindo que crime e estado de saúde da população têm a mesma origem social” (Ibid, p. 28).

Dentre os fatores de risco à violência, citados pelo referido autor, os mais frequentes, que muitas vezes podem servir de mediadores ou modificadores da dinâmica social, são taxas de

desemprego e subemprego, pobreza, privação econômica, desorganização social e frustração entre grupos específicos da população, que podem provocar a desintegração social e familiar.

A violência é um fenômeno cujas causas são múltiplas e, para compreendê-la, Santana (2004) propõe que se faça uma análise de variáveis sócio-econômicas e ambientais, com o intuito de buscar elementos que possam estar relacionados a fatores de risco e predisposição a atos violentos. A partir disso, o autor realiza indagações importantes: “[...] como os fenômenos socioeconômicos e ambientais sob diversos níveis e em diferentes momentos interagem com as características do indivíduo no grupo populacional em que vive e determina a magnitude do risco de morrer por morte violenta?” (Ibid, p. 14). O referido autor comenta também que espaços tais como a casa, a escola e a rua modelam o comportamento violento, pois uma das primeiras oportunidades que o indivíduo tem para tornar-se agressivo é aprendendo e imitando o comportamento agressivo dos pais, de outros membros da família e, com frequência, por meio da televisão e outras mídias.

### **A violência no Brasil**

Peralva (2000, p. 73) ressalta que a violência no Brasil começou a aumentar a partir da década de 1970, mas foi no período de 1980 “[...] que acelerou o crescimento das taxas de homicídios, atingindo patamares até então desconhecidos e combinando-se a outras formas de violência múltiplas e fragmentárias”. A autora utiliza quatro eixos interpretativos para explicar o crescimento da violência no Brasil: continuidade autoritária, desorganização das instituições, pobreza e mudança social.

A continuidade autoritária baseia-se na noção de “autoritarismo socialmente implantado”. Por meio desta continuidade autoritária explicava-se o emprego de métodos violentos pela política, a prática de extermínio e o recurso a métodos de justiça ilegal.

No segundo eixo – denominado *Desorganização das instituições* – a autora destaca que tal fenômeno ocasionou graves violações dos direitos do cidadão e permitiu a diversificação de práticas criminosas envolvendo diretamente a polícia, que se beneficiava de cobertura institucional.

A pobreza, representada no terceiro eixo interpretativo, é uma questão ainda contraditória na análise da violência. Peralva (2000) afirma que, ainda que as ciências sociais se recusem a estabelecer qualquer relação de causa e efeito entre pobreza e violência, elas sempre tiveram dificuldade em fazer valer seu ponto de vista diante de constatações simples: “A geografia das mortes violentas, que se concentram nas periferias pobres e não nos bairros ricos; a geografia das intervenções policiais, ou a população das prisões, que sugerem que a associação entre crime e pobreza é incontornável” (PERALVA, 2000, p. 81).

O quarto eixo interpretativo está relacionado ao impacto trazido pela mudança social. A autora destaca que a mudança desfaz e cria vínculos e que, no intervalo desse processo, a violência tem chances de aparecer. A mudança no mundo do trabalho, vivenciada pela população brasileira na década de 1980, juntamente com a crise econômica desse período, foi um fator que possibilitou o desencadeamento de atos violentos, sobretudo nos grandes espaços urbanos. Pelo fato de ter ocorrido certa desestabilização na oferta dos empregos, muitos conflitos advieram desse processo e, juntamente com eles, outras questões relacionadas diretamente à vida cotidiana e às relações sociais que sofreram mudanças devidas, principalmente, à migração, que proporciona a quebra de vínculos e de relações de vizinhança.

Sobre a violência na década de 1980, Maricato (1996, p. 77) afirma que o crescimento dos homicídios e latrocínios, roubos, seqüestros e assaltos foi tão alarmante que se impõe como evidência, pois passou a fazer parte da experiência pessoal cotidiana, “[...] não apenas como assunto dos que têm muito a perder, mas também e sobretudo dos que têm apenas a própria vida”.

A violência tem adquirido um caráter endêmico e se converteu em um problema de saúde pública em vários países: esta é a afirmação da Organização Pan-americana de Saúde – OPAS (1990), realizada em um relatório publicado em 1993, centrado na violência no mundo. Tal agravo é considerado um transtorno para a saúde pública porque as seqüelas advindas de atos violentos são, geralmente, irreversíveis para a saúde do indivíduo, quando não levam à morte. Além disso, os gastos com internações e com seqüelas permanentes são elevados para o Estado.

Mello Jorge (2004) ressalta que as causas da violência são, em maior ou menor grau, passíveis de prevenção. Isso demonstra que a mesma pode ser evitada ou diminuída a partir de políticas de intervenção eficazes, implementadas nos espaços onde sua incidência é mais elevada.

Uma preocupação surge na sociedade brasileira quando se começa a perceber, conforme a fala de Zaluar (1996, p. 103), que “O Brasil não é mais um país com altas taxas de mortalidade infantil devido a doenças. O Brasil é hoje famoso no mundo por causa das mortes violentas que atingem crianças e adolescentes”. Reverter essa situação não é uma tarefa fácil, pois a violência já faz parte do cotidiano da população que habita as cidades, e influencia a conduta das pessoas quando estas escolhem morar em condomínios que dizem haver mais segurança, ou, tal como afirma a autora referida, o espaço físico é modificado pelos efeitos da insegurança e do medo, com “[...] muros altos, grades, fechaduras, alarmes e cadeados” (Ibid, p. 108). E, ainda:

A violência urbana está nas ruas e nos jornais diários. Está no rádio, na televisão e nas nossas preocupações cotidianas. No entanto, não somos atingidos por essas diferentes fontes de informação sobre a violência da mesma maneira, e isso se reflete nas nossas concepções acerca dela. A classe social a que pertencemos, o local onde moramos, o jornal que lemos, o programa que assistimos, bem como a imagem que estes nos dão de nossa classe social e do local onde moramos constituem e compõem o modo como vivenciamos e pensamos a violência (ZALUAR, 1983, p. 251).

O Relatório Nacional de Violência por Armas de Fogo no Brasil, coordenado por Peres (2004), e com suporte técnico da Organização Mundial de Saúde (OMS), destaca que é expressiva a produção acadêmica sobre a violência no Brasil, sobretudo a partir do final da década de 1980, mas que são poucos os estudos que abordam a contribuição das armas de fogo nesse processo. Afirma, ainda, que grande parte dos estudos realizados tem uma divulgação restrita aos meios acadêmicos, não atingindo aqueles que trabalham para a redução e o controle da violência, seja na implantação ou na formulação de programas e políticas públicas. Peres (2004, p. 8) relata que:

Os resultados apresentados neste relatório demonstram que a violência por armas de fogo é um fator problema relevante no Brasil, que atinge sobretudo a população jovem dos centros urbanos. O tráfico de armas e drogas, fonte de suprimento de armas ilegais usadas em atividades criminais, a falta de perspectiva das populações jovens, em um contexto marcado pelo desemprego e por abismos sociais, vêm contribuindo para o crescimento da violência e da criminalidade urbana no País.

### **Diferenciação no espaço intra-urbano e a distribuição desigual da violência**

A dinâmica espacial é um elemento relevante, uma variável que vai além do simples endereçamento, pois tanto pode ser produto quanto produtor das ações humanas:

Certos espaços são absolutamente deteriorados pelo esvaziamento habitacional, como geralmente as zonas centrais das grandes cidades, que atraem determinados elementos e se tornam espaços típicos de delitos específicos. Por outro lado, têm-se a dicotomia das áreas periféricas com espaços típicos de classes sócio-econômicas mais abastadas (onde predominam os crimes contra o patrimônio pela concentração de riquezas) e espaços deteriorados representados por favelas, invasões etc. (FELIX, 2002, p. 5).

As áreas centrais geralmente se esvaziam à noite, pois são locais onde há uma predominância de comércios e serviços que funcionam, sobretudo, durante o dia. Sendo assim, as pessoas evitam circular em tais locais nesses horários ditos 'perigosos' pela pouca presença de transeuntes e, como conseqüência disso, tornam-se lugares mais propícios à ocorrência de ações violentas. Nesse sentido, o medo de se tornar vítima de algum ato violento faz com que as pessoas evitem certos espaços e horários, e isso é um fator que contribui, de certa forma, para a não ocorrência de crimes em grau mais elevado em determinados lugares, uma vez que, em espaços considerados perigosos, em determinados horários, a probabilidade de ser vítima tende a diminuir à medida que as pessoas passam a evitá-los.

Teixeira (2003) desenvolveu, juntamente com o Grupo de Pesquisa e de Gestão Urbana de Trabalho Organizado - GUTO, da UNESP, um trabalho que teve por objetivo a análise da relação

entre vitimização e qualidade de vida na cidade de Marília/SP. Ele considerou, em sua pesquisa, os seguintes indicadores de qualidade de vida: presença de equipamentos urbanos e fatores sócio-econômicos e ressaltou que, apesar de não abrangerem a qualidade de vida como um todo, ambos indicadores servem para medi-la em determinado lugar. E acrescenta, ainda, que “[...] a ausência de equipamentos, somada às precárias condições socioeconômicas, podem ser encaradas como uma barreira quase intransponível para a efetivação de uma boa qualidade de vida” (Ibid, p. 3).

Vale ressaltar que, segundo Velázquez (2001 apud TEIXEIRA, 2003), o conceito de qualidade de vida é amplo, pois são os valores vigentes em uma sociedade que definem o que pode ser tratado como um “fator de necessidade”, que seja capaz de interferir na qualidade de vida dos habitantes daquele local.

No estudo desenvolvido por Teixeira (2003), a cidade de Marília foi dividida em 13 setores urbanos para que fosse possível realizar a análise do nível de atendimento à população quanto aos equipamentos e serviços urbanos. Tal divisão levou em consideração as barreiras físicas, econômicas e arquitetônicas de cada setor. A partir daí foi feita a equivalência de equipamentos e serviços de cada setor de bairros com a população residente (número absoluto de equipamentos e serviços dividido pela população residente e multiplicado por mil). A seguir, verificou-se a relação entre a qualidade de vida e os índices de criminalidade nos setores, chegando aos seguintes resultados: as regiões centrais da cidade concentraram as maiores taxas de qualquer natureza de crime, e é nelas que está concentrada a maior incidência de crimes contra a pessoa.

Na área central está concentrado, também, um elevado número de equipamentos públicos. Ao observar a residência das vítimas dos crimes contra a pessoa na cidade de Marília, constatou-se que os setores de bairro onde os chefes de família têm os melhores rendimentos são os que exibem as menores taxas de vitimização.

Teixeira (2003) identificou que as camadas da população que apresentam baixa qualidade de vida têm mais probabilidade de se tornarem vítimas de crimes contra a pessoa, e que os segmentos de poder aquisitivo mais elevado, que contam com uma qualidade de vida melhor, têm maiores chances de se tornarem vítimas dos crimes contra o patrimônio.

O aumento considerável da violência nos espaços urbanos trouxe consigo uma redefinição do modo de vida da sociedade atual, pois – mais do que em outros momentos da história da sociedade – a população urbana tem se enclausurado no interior de suas habitações, em busca de mais segurança. As grandes cidades, tal como afirma Carlos (2004, p. 10), representa o 'vazio no cheio', constituindo o que a autora chama de *espaço amnésico*, “[...] caracterizado pela tendência à impossibilidade do uso dos espaços públicos e pelo distanciamento do indivíduo em relação aos lugares de realização da vida; como decorrência, as relações de identidade ganham novo sentido”.

Muitos espaços citadinos deixam de ser utilizados pela população porque o medo de práticas violentas, muitas vezes imaginárias, desencadeia um sentimento de insegurança, que impede a apropriação dos mesmos. Dessa forma, a violência, real ou imaginária, redefine o modo de vida das pessoas que habitam a cidade e, assim, “O ritmo da cidade determina o ritmo da vida, contaminando as relações sociais” (CARLOS, 2004, p. 42).

Tais mudanças são visíveis na cidade de São Paulo, uma das cidades mais violentas do Brasil. Caldeira (2003) diz que o aumento dos crimes violentos na capital paulista ocorreu juntamente com o crescimento do sentimento de medo, que proporcionou uma mudança na vida cotidiana da população daquela cidade:

A vida cotidiana e a cidade mudaram por causa do crime e do medo, e isso se reflete nas conversas diárias, em que o crime tornou-se um tema central. Na verdade, medo e violência, coisas difíceis de entender, fazem o discurso proliferar e circular. A fala do crime – ou seja, todos os tipos de conversas, comentários, narrativas, piadas, debates e brincadeiras que têm o crime e o medo como tema – é contagiante. [...]. O medo e a fala do crime não apenas produzem certos tipos de interpretações e explicações, habitualmente simplistas e estereotipadas, como também organizam a paisagem urbana e o espaço público, moldando o cenário para as interações sociais que adquirem novo sentido numa cidade que progressivamente vai se cercando de muros.

A fala e o medo organizam as estratégias cotidianas de proteção e reação que tolhem os movimentos das pessoas e restringem seu universo de interações. (CALDEIRA, 2003, p. 27).

A vida urbana atual tem se tornado cada vez mais individualizada, com ritmos e características próprias, que diferem de outros momentos da história da sociedade. Tal individualismo decorre, muitas vezes, da contradição entre “[...] o aumento da velocidade das comunicações – ligando lugares e pessoas, em rede, e permitindo um acesso mais rápido à informação” e o surgimento de espaços de isolamento (CARLOS, 2004, p.10). Dessa forma,

O bairro que se apoiava numa rede de significados se esvazia decompondo o tempo e limitando os espaços da casa e da rua. O umbral da porta passa a ser o novo limite, as pessoas estão mais dentro de casa, não há gente nem crianças nos pequenos jardins, há insegurança. Antes as pessoas se encontravam nas compras, nas calçadas agora afundam no mundo da vida privada (Ibid, p.103).

Souza, M. (2000, p. 178) diz que o individualismo existente na sociedade é um fenômeno também provocado pelo sentimento de insegurança vivido pela população e que esse fator é a causa e a consequência da fragmentação do tecido sócio-político espacial. O referido autor diz, ainda, que “Hedonismo, individualismo, desconfiança, guetoização, abandono e desvitalização dos espaços públicos” são componentes que impedem a mobilização em prol de maior justiça social.

Todos esses fatores aumentam com a aceleração do processo de urbanização, que traz consigo situações que predispõem à violência. Paixão (1983) diz que houve um processo evolutivo da violência com o aumento da concentração populacional no meio urbano em consequência da industrialização. Isso se dá porque industrialização e urbanização são processos que caminham juntos e provocam

[...] fortes movimentos migratórios, concentrando amplas massas isoladas (ou seja, carentes dos controles sociais espontâneos próprios da família, da comunidade ou da religião) nas periferias dos grandes centros urbanos, sob condições de extrema pobreza e desorganização social e expostas a novos comportamentos e aspirações mais elevadas, inconsistentes com as alternativas institucionais de satisfação disponíveis [...]. Assim, a violência e a criminalidade encontrariam nas grandes cidades expostas a rápidas mudanças sociais o ambiente propício para sua expansão (PAIXÃO, 1983, p. 15-16).

Felix (2002) observa que análises associando a urbanização à exclusão e à criminalidade violenta enfatizam a impessoalidade das relações urbanas e o enfraquecimento dos mecanismos de controle social informal, devido ao anonimato, ao individualismo e à fraqueza dos laços familiares. Sendo assim, não é a pobreza advinda de todo tipo de exclusão presente no espaço urbano que causa a violência, mas ela não deixa de ser um fator predisponente de atos violentos, na medida em que rompe com alguns laços sociais necessários à vida em sociedade.

Carlos (2004, p. 74) diz que os problemas postos pela urbanização, hoje, devem ser entendidos no âmbito do processo de reprodução geral da sociedade. Neste caso, afirma-se que a violência é um fenômeno que se reproduz nas sociedades de acordo com as práticas sociais que cada uma delas desempenha. Daí falar-se em “territórios do tráfico de drogas” (SOUZA, M., 2003; ZANOTELLI, 2001), “paisagens da violência” (ZANOTELLI, 2001), “arquitetura do medo” (FEIGUIN, 1995), dentre outros.

A estrutura espacial de uma cidade ou de um bairro representa o sentimento vivido por elas em relação à dinâmica desse espaço habitado. Por conseguinte, Feiguin (1995) trabalha o conceito de “arquitetura do medo” para explicar que as cidades têm assumido feições que refletem o sentimento de insegurança e medo vivido pela população cidadina:

[...] muros altos, cercas ao redor das casas, proliferação de sofisticados sistemas de segurança e alarme, crescimento visível das empresas privadas de vigilância, aumento do número de portes e registros de armas concedidos à população, fuga de zonas e regiões onde o risco de se transitar sozinho de dia e, principalmente, a noite é bastante elevado, além de vários outros mecanismos de autoproteção. (FEIGUIN, 1995, p. 73).

Caldeira (1997) discute a questão da formação dos condomínios fechados em São Paulo, ou como ela mesma os chama – de “enclaves fortificados” – sob a perspectiva do aumento da violência. A autora faz uma análise da disseminação desses espaços privados, fechados e monitorados para residência, consumo, lazer ou trabalho que, em função do medo e da insegurança provocada pela elevação dos atos violentos, vêm atraindo as classes média e alta em São Paulo. A autora investiga, sobretudo, uma auto-segregação urbana induzida principalmente pelas conseqüências da crescente disseminação da violência naquela metrópole. Mas essa auto-segregação é um processo que tem sido observado não somente nas metrópoles, mas vem se intensificando nas cidades de porte médio, e a formação de um condomínio, bem como o apelo por se morar em um deles vem sempre arraigado à questão do aumento da criminalidade violenta e à busca de segurança.

Almeida (1997) nota que a criminalidade violenta e o tráfico de drogas são os dois fatores mais poderosos que atuam na amplificação do processo de segregação:

Nas metrópoles brasileiras dos anos 90, os mecanismos de segregação sócio-espaciais tornaram-se muito mais complexos, pois além das clássicas clivagens entre ricos e pobres [...], são percebidas áreas fortaleza ou cercos de defesa para ricos e para pobres [...]. No caso dos ricos: os condomínios exclusivos [...]; no caso dos pobres, os enclaves de favelas em áreas de alto valor da terra. (ALMEIDA, 1997, p. 75).

Silva (2003, p. 29) comenta que “[...] o compromisso dos geógrafos na interpretação e análise da cidade como local de experiências múltiplas faz da Geografia campo privilegiado para discussão e propostas sobre a vida nas cidades”. Carlos (2004, p. 18), nessa linha de argumentação, declara que “[...] a compreensão da cidade, pensada na perspectiva da Geografia, nos coloca diante de sua dimensão espacial – a cidade analisada enquanto realidade material – esta por sua vez, se revela pelo conteúdo das relações sociais que lhe dão forma”. A autora acrescenta que a análise das práticas sociais está vinculada à análise da vida cotidiana, onde a prática social se desenrola. E, cada vez mais, “[...] o ritmo da cidade determina o ritmo da vida, contaminando as relações sociais” (CARLOS, 2004, p. 42).

A autora citada diz que a vida nas cidades contemporâneas é marcada pelo distanciamento entre os homens devido à dissolução das relações sociais de vizinhança e à perda das relações familiares. Assim, Carlos (2004, p.142) afirma que “A crescente violência tem, nos últimos tempos, contribuído para o 'isolamento das pessoas, presas em suas casas'”. E “[...] placas de 'cuidado com o cão', bem como os novos portões com grades, sinalizam as pequenas mudanças que passam a marcar a vida cotidiana” (CARLOS, 2004, p. 104). Mas, o que mais “[...] chama a atenção são as guaritas e altos portões que agora impedem as entradas nas vilas do bairro”.

Constata-se, portanto, que a violência modifica o comportamento das pessoas, mudando a sua rotina ao controlar as relações sociais do cotidiano. A esse respeito, Costa; Lippi; Oliveira (1995) apresentam algumas situações vivenciadas por moradores da periferia da zona sul de São Paulo, que dizem ter o costume de:

1. Sair acompanhado depois das 19:00 horas;
2. Evitar utilizar ônibus à noite;
3. Não criar inimizades com vizinhos;
4. Não se aproximar de desconhecidos na rua;
5. Fechar o comércio mais cedo no dia em que a guerra do tráfico se intensifica;
6. Não reagir aos constantes assaltos;
7. Evitar vingança mesmo conhecendo o autor do assassinato;
8. Fazer uma revista rigorosa na porta das danceterias;
9. Evitar festas de rua;
10. Nunca delatar os criminosos;
11. Quando questionado pela polícia, responder que não viu nada. (COSTA; LIPPI; OLIVEIRA, 1995, p. 92).

Mas a violência não se distribui com a mesma intensidade no espaço urbano. Há locais nos quais ela é mais aguçada, ao passo que em outros, com características sócio-espaciais relativamente semelhantes, ela se apresenta menos aguda. Zaluar (2002), analisando a violência em São Sebastião do Rio de Janeiro, percebeu que a mesma estende-se com mais facilidade em alguns bairros mais do que em outros.

A autora citada realizou trabalhos de campo em três bairros do Rio de Janeiro – a saber – Copacabana, Tijuca e Madureira – que permitiram a ela compreender “[...] as conexões entre estilos de lazer e consumo de drogas, estilos de tráfico e de policiamento (ou ausência de),

entre corrupção policial e violência” (ZALUAR, 2002, p. 32). A autora verificou que, nesses três bairros, o tráfico de drogas é intenso, estando interligado a uma agitação noturna, ora presente em pontos de prostituição, bares, clubes e restaurantes (Copacabana), ora intensamente disseminados em bailes *funk* nas sextas-feiras carioca (Tijuca e Madureira), onde a corrupção policial também é acentuada.

Destaca-se que é justamente nos momentos de lazer que o uso da droga, ou seja, a oportunidade para utilizá-la, torna-se mais propícia, uma vez que, nesses locais, tal como ocorre nos bailes *funk*, há certa “ilegalidade”, pois neles se encontram presentes autoridades policiais que, teoricamente, deveriam impedir seu uso e manter a segurança do local quando, na verdade, conforme Zaluar (2002),

Policiais costumam chegar para cobrar dinheiro do traficante na realização do baile, mandando o DJ interrompê-lo até que o traficante pague. O traficante, quando percebe o baile parado, manda chamar o DJ e ordena que ele recomece. Entre duas ordens irreconciliáveis, o DJ só pode esperar que policial e traficante cheguem a um acordo quanto ao pagamento ou não da propina. Isso porque, durante o baile, a droga flui livremente, sendo usada de modo público. (ZALUAR, 2002, p. 33).

Zaluar afirma que, em todos os três bairros analisados, constatou-se a presença de policiamento apenas em Copacabana: “Na Tijuca e em Madureira, incursões militares esporádicas nas favelas dão o tom da presença do Estado enquanto garantidor do monopólio legítimo da violência” (ZALUAR, 2002, p. 37). Sabe-se que a corrupção policial não atinge a corporação toda; contudo, essa imagem disforme da polícia carioca é um fator que interfere na atuação da comunidade – juntamente com os órgãos públicos de segurança – no combate à violência no Rio de Janeiro, uma das cidades mais violentas do Brasil, sobretudo quando se refere ao tráfico de drogas.

Carlos (2004) comenta que a violência imposta pela ampliação do narcotráfico delimita ou impede o uso dos espaços da cidade, alterando o curso da vida cotidiana e submetendo-a à convivência com situações criminosas como condição de realização das práticas sociais daqueles que habitam tais espaços. E acrescenta que o crescimento do narcotráfico na cidade – tal como uma nova atividade econômica – realiza-se controlando extensas áreas da cidade, promovendo seu poder enquanto efetivação da violência expressa pela dominação do espaço da cidade.

Entender como se processa a formação de territórios intra-urbanos controlados pelo tráfico de drogas é uma tarefa difícil para os pesquisadores que se pretendem fazê-lo, sobretudo para os geógrafos urbanos. Mas não é, no entanto, impossível. Faz-se necessário, todavia, conhecer as diferenciações espaciais intra-urbanas, provocadas pelas práticas sociais, econômicas e culturais, que produzem e reproduzem o espaço, para que se torne possível a compreensão da distribuição e das origens da violência.

À medida que as cidades se desenvolvem, tornam-se mais complexas e difíceis de serem compreendidas, pois os fenômenos urbanos tendem a se multiplicar e a se entrelaçar com outros fatores sociais. Assim, quanto mais desenvolvidas são as cidades, mais complicada torna-se a sua análise. Em se tratando especificamente da violência, sabe-se que a mesma caracteriza-se por uma rede de diversos fatores que se arranjam entre si, formando um emaranhado que pode ser identificado como um fenômeno violento.

Conforme Minayo (1995, p. 156), o enfrentamento da violência deve partir do pressuposto de que este fenômeno é, principalmente, “[...] uma questão de cidadania, de direitos humanos e sociais, de reconhecimento do outro como pessoa, exigindo colaboração da sociedade civil e do estado [...]. Uma abordagem multiprofissional e interdisciplinar”.

## CONSIDERAÇÕES

Multiforme, complexa, diversa, multicausal são alguns adjetivos que se aplicam à violência e à sua compreensão. E, dentre as diversas formas de violência, o homicídio é a que causa mais estragos, pois além de interromper a vida de alguém, destrói a família da vítima e rompe-se com a estabilização de uma rede de sentimentos inter-pessoais provocando, dentro desse emaranhado complexo, o medo da morte como principal fator advindo desse processo.

Conclui-se que há diferentes formas de violência, e que ela não atinge a todos com a mesma



intensidade. Há, porém, uma diferença na vitimização causada pela violência quando se faz referência ao sexo, faixa etária, condições sócio-econômicas e características físicas e sociais do espaço habitado.

Conhecer esses determinantes e a sua dinâmica é um dos caminhos possíveis a serem utilizados na intervenção sobre os espaços da violência e sobre suas características epidemiológicas, mas este não é o único caminho, pois, tal como afirma Nunes (1999 apud MINAYO, 1999, p. 24): "Dela podem se fazer várias cartografias, mas os seus desdobramentos vão além das suas delimitações espaciais e epidemiológicas".

## REFERÊNCIAS

ALMEIDA, R. S. de. Novas visões sobre a complexidade da segregação sócio-espacial urbana no final dos anos 90. **Revista da Pós-Graduação em Geografia**, Rio de Janeiro: UFRJ/PPGG, Semestral, v.1, p.64-91, set./ 1997.

CALDEIRA, T. P. do R. Enclaves fortificados: a nova segregação urbana. **Novos estudos CEBRAP**, São Paulo, n.47, p.155-176, mar./ 1997.

\_\_\_\_\_. **Cidade de muros: crime, segregação e cidadania em São Paulo**. São Paulo: Ed.34/EDUSP, 2003. 399 p.

CARLOS, A. F. A. **O espaço urbano: novos escritos sobre a cidade**. São Paulo: Contexto, 2004. 154 p.

COSTA, M. R. da.; LIPPI, L. F. B.; OLIVEIRA, I. I. de. M. C. E. Mortes violentas, vítimas e homicídios. **São Paulo em Perspectiva**, São Paulo, v.9, n.3, p. 87-93, jul./set./1995.

FEIGUIN, D.; LIMA, R. S. de. Tempo de violência: medo e insegurança em São Paulo. **São Paulo em Perspectiva**, São Paulo, v.9, n.2, p. 73-80, abr./jun. 1995.

FELIX, A. F. **Geografia do crime: interdisciplinaridade e relevâncias**. Marília: UNESP, 2002. 149 p.

FRANCISCO FILHO, L. L. **Distribuição espacial da violência em Campinas: uma análise por geoprocessamento**. 2004. 170 fl. Tese (Doutorado em Geografia) – Instituto de Geociências – Departamento de Geografia, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2004.

HOUAISS, A.; VILLAR, M. S. **Dicionário Houaiss da Língua portuguesa**. Rio de Janeiro: Objetiva, 2001.

MARICATO, E. Segregação ambiental e violência urbana. In: MARICATO, E. **Metrópole na periferia do capitalismo: ilegalidade, desigualdade e violência**. São Paulo: Hucitec, 1996. p. 72-105.

MELLO JORGE, M. H. do P. **Acidentes e violência no Brasil**. In: JORNADA DE TRAUMA, ACIDENTE E VIOLÊNCIA, 1., 2004, Uberlândia. (Palestra proferida na Sociedade Médica de Uberlândia, nov.2004).

MORAIS, R. **O que é violência urbana**. São Paulo: Brasiliense, 1990. 113p.

MINAYO, M. C. de. S. Violência, direitos humanos e saúde. In: CANESQUI, A. M. (Org.). **Ciências Sociais e Saúde**. São Paulo: Hucitec/Abrasco, 1997. P. 247-260.

\_\_\_\_\_. Violência como construção social: refletindo com os jovens. In: SEMINÁRIO SOBRE DRAMA SOCIAL, 1999. Rio de Janeiro. **Anais...** Rio de Janeiro: FAPERJ, Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado do Rio de Janeiro, 1999. p. 143-157.

ORGANIZACIÓN PANAMERICANA DE LA SALUD. La violencia: un problema de salud pública que se agrava e la región. **Boletín Epidemiológico de la Organización Panamericana de la Salud**, n. 11 p.1-7, 1990.

PAIXÃO, A. L. Crimes e criminosos em Belo Horizonte. In: PINHEIRO, P. S. (Org.) **Crime, violência e poder**. São Paulo: Brasiliense, 1983. p.11-44.

PERALVA, A. **Violência e democracia: o paradoxo brasileiro**. São Paulo: Paz e Terra, 2000. 217p.

PERES, M. F. T. **Violência por armas de fogo no Brasil – Relatório Nacional**. São Paulo: Brasil: Núcleo de Estudos da Violência, Universidade de São Paulo – NEV/SP, 2004. 197p.

SANTANA, R. dos S. **Mortalidade por homicídios em Salvador 1998 – 2001: análise dos determinantes socioeconômicos**. 2004. 124 fl. Dissertação (Mestrado em Saúde Pública) – Escola Nacional de Saúde Pública, Fundação Oswaldo Cruz, Rio de Janeiro, 2004.

SILVA, J. B. da. Estatuto da cidade versus estatuto de cidade – eis a questão: In: CARLOS, A. F. A.; LEMOS, A. I. G. (Org.). **Dilemas urbanos: novas abordagens sobre a cidade**. São Paulo: Contexto, 2003. p. 29-34.

SOUZA, M. L. Uma crise e o seu “day after”: a situação dos movimentos sociais urbanos. In: SOUZA, M. L. de. **O desafio metropolitano: um estudo sobre a problemática sócio-espacial nas metrópoles brasileiras**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2000. p.141-178.

\_\_\_\_\_. Participação popular no planejamento e gestão de cidades sociopolítico-espacialmente fragmentadas: um ensaio sobre enormes obstáculos e modestas possibilidades. In: CARLOS, A. F. A.; LEMOS, A. I. G. **Dilemas urbanos: novas abordagens sobre a cidade**. São Paulo: Contexto, 2003. 266-275.

TEIXEIRA, A. G. Qualidade de vida e a criminalidade. In: SEMINÁRIO INTERNACIONAL DE ESTUDOS URBANOS, 4, 2003, Buenos Aires. **Anais...** Buenos Aires: UNCPBA, 2003. CD-ROM.

ZALUAR, A. O crime S.A nas sombras do poder. In: ZALUAR, A. **Da revolta ao crime S.A**. São Paulo: Moderna, 1996. p. 96-118.

\_\_\_\_\_. A guerra sem fim em alguns bairros do Rio de Janeiro. **Ciência e Cultura**, São Paulo, ano 54, n.1, p.32-38, jul./ago./set., 2002.

ZANOTELLI, C. L. Elementos para compreender os territórios do crime e as paisagens da violência da Aglomeração de Vitória – Espírito Santo/Brasil. In: ENCUESTRO DE GEOGRAFOS DE AMERICA LATINA, 8., 2001, Santiago de Chile. **Anais...** Santiago de Chile: Media Graphics, 2001. CD ROM.